## ATA Nº 842 DA SESSÃO ORDINÁRIA, DA 9ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2025.

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas a Presidente Marli deu início a sessão ordinária, saudando a todos os presentes, e aos internautas da página do Facebook da Câmara. Após a aprovação da Ata Nº 841 da Sessão Ordinária anterior, e aberta às inscrições para a Tribuna, a Assessora iniciou a leitura da Ordem do Dia: Recebimento da Aprovação de Contas ano de 2021, pelo Tribunal de Contas. **Projeto Nº 62/2025.** Acrescenta Parágrafo Único ao artigo 1º, altera redação do parágrafo 4º, do artigo 2º; revoga o inciso VII, do Art. 4º; e altera a redação do Parágrafo Primeiro do Art. 6°, da Lei Municipal nº 1.253, de 21 de maio de 2015, que regulamenta, no âmbito municipal, o vale alimentação; e, dá outras providências. A Comissão de Pareceres destacou-se favorável. Em votação o regime de urgência foi aprovado por todos. Em discussão, a Vereadora Josiane defendeu o projeto, que amplia as possibilidades de uso do Vale-Alimentação pelos servidores públicos de Charrua, permitindo a compra de mais produtos e movimentando cerca de R\$ 63 mil reais por mês no comércio local. Ela destacou que todos os comércios poderão se cadastrar para aceitar o vale e que, com a nova regra, servidores afastados por doença ou licença maternidade/paternidade continuarão recebendo o benefício. Ao final, informou que na próxima sessão será discutido o reajuste no valor das diárias dos servidores. Após o projeto foi aprovado por unanimidade. Projeto Nº 63/2025. Autoriza a realizar a prorrogação da contratação emergencial de serventes auxiliares de serviços gerais, para atender necessidade excepcional e temporária; e dá outras providências. A Comissão de Pareceres destacou-se favorável. Em votação o regime de urgência foi aprovado por todos. Em discussão, o Vereador Rogério destacou que trata da prorrogação da contratação de dois serventes. Segundo ele, esses profissionais já estão atuando, mas seus contratos estão prestes a vencer, sendo necessário renovar a contratação. Ressaltou que os serventes desempenham funções essenciais na escola, tanto na preparação da merenda quanto na limpeza dos espaços. Após o projeto foi aprovado por unanimidade. Projeto Nº 64/2025. Autoriza a abertura de Crédito Especial para os encargos especiais do município, visando devolução de saldo do Convênio MAPA nº 921470/2021; e, dá outras providências. A Comissão de Pareceres destacouse favorável. Em votação o regime de urgência foi aprovado por todos. Em discussão, o Vereador Miguel explicou que se trata de um convênio firmado com o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), por meio do qual foram adquiridos diversos equipamentos para a área de máquinas do município, como duas roçadeiras para tratores, três plataformas de colheita, uma carreta graneleira basculante e dois distribuidores de calcário. Após a licitação desses equipamentos, houve uma sobra de recursos. Por isso, o projeto trata da necessidade de devolver esses valores: R\$ 1.550,00 à Receita Federal, R\$ 4.515.69 como parte da contrapartida municipal que ficará no município, e R\$ 2.260,00 que retornará à União. Miguel destacou que a não devolução desses valores poderia causar problemas futuros ao município. Em seguida o projeto foi aprovado por unanimidade. **Projeto № 65/2025.** Autoriza a abertura de Crédito Suplementar para a Secretaria Municipal de Obras e Viação, e dá outras providências. A Comissão de Pareceres destacou-se favorável. Em votação o regime de urgência foi aprovado por todos. Em discussão, o Vereador Silvio abordou o projeto 65, que autoriza a abertura de crédito para a Secretaria de Obras e Viação, destacando que o recurso será usado para a sinalização viária em ruas importantes da cidade, como as que ficam em frente à academia e à residência do Padre. Comentou que devido ao

grande fluxo de veículos pesados, a sinalização é essencial para garantir a orientação correta dos motoristas e a segurança no trânsito. Informou que foi aberto um pregão para a contratação do serviço, mas nenhuma empresa demonstrou interesse, por isso o projeto é encaminhado à Câmara para aprovação, visando agilizar a execução. Por fim, ressaltou que a sinalização também será ampliada para áreas de interiores do município, garantindo uma cobertura mais ampla. O Vereador Cassiano destacou que a aprovação é necessária diante do aumento do tráfego, especialmente após a conclusão da obra asfáltica Charrua - Tapejara, que tem causado maior desgaste nas vias. Ele ressaltou a importância de uma boa comunicação com a empresa que executar a sinalização, citando como exemplo a rua Júlio de Castilhos, onde o asfalto foi aplicado sobre o calcamento, resultando em camadas de espessura desigual. Cassiano sugeriu que, se necessário, seja feita uma nova recapagem para melhorar a base do pavimento e evitar problemas futuros. A Vereadora Josiane complementou o que o colega Silvio disse, explicando que já houve uma licitação para a sinalização, mas nenhuma empresa participou, o que justifica a necessidade de suplementar o valor para unir os dois serviços, sinalização e recapeamento. Ela concordou que a situação do recapeamento ficou um pouco fragilizada, pois as ruas mencionadas foram asfaltadas há pouco tempo e estão nessa condição. Destacou a importância de refazer o recapeamento e realizar a sinalização, incluindo também as comunidades do interior, que hoje não possuem placas indicativas. Além disso, explicou que o recapeamento trará mudancas no trânsito, como a sinalização da preferência na rua que vem de Tapejara em relação à rua da gruta, com faixas elevadas e outras adaptações para melhor adequar o município a essa nova realidade trazida pela ligação asfáltica com Tapejara, o que é um avanço significativo para a cidade. Seguidamente o projeto foi aprovado por unanimidade. Projeto Decreto Legislativo Nº 02/2025. Dispõe sobre a apreciação e aprovação das Contas do Executivo Municipal de Charrua referente ao exercício financeiro de 2021, de responsabilidade dos Gestores Municipais Valdesio Roque Della Betta e Gerso José Roncaglio, na forma que indica e dá outras providências. Em discussão, o Vereador Rogério destacou que, conforme informado na mensagem, o Tribunal de Contas aprovou as contas de 2021 do Prefeito Roque e do Vice Gerso, com ressalvas. Ele ressaltou que, apesar das ressalvas, nada compromete a aprovação dessas contas e, por isso, se posicionou favorável ao Projeto Decreto. Por fim, pediu aos colegas vereadores que também votassem favoravelmente. Em seguida o projeto decreto legislativo foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, a Presidente convocou o Vereador Miguel para fazer uso da Tribuna. O parlamentar iniciou sua fala cumprimentando a todos os presentes e, em seguida, relembrou que o projeto mencionado já havia sido discutido na sessão anterior. Trata-se do Projeto nº 57, que prevê o pagamento de R\$ 886,00 a cada um dos seis diretores escolares. O Vereador esclareceu que esse é o valor correto, dissipando dúvidas anteriormente levantadas, inclusive por outro colega, o Vereador Marcelo, que havia citado um valor distinto. Ressaltou, ainda, que a medida representa uma forma de valorização dos diretores escolares, reconhecendo que o exercício dessa função é desafiador e exige dedicação. Ao final, agradeceu a atenção de todos e encerrou sua fala. A Vereadora Josiane saudou a todos os presentes e aproveitou para esclarecer alguns fatos abordados na sessão anterior. Explicou que o motorista Mateus possuía autorização da Secretária de Saúde para levar o veículo oficial até sua residência nos dias em que realizava o transporte de um paciente indígena para sessões de hemodiálise, retornando tarde da noite e, frequentemente, tendo plantão ou viagem logo nas primeiras horas do dia seguinte. O acidente sofrido por Mateus ocorreu nesse contexto, e ele comunicou imediatamente o ocorrido à Secretária de Saúde assim que conseguiu sinal. A Vereadora reforçou que o servidor agiu com transparência, não havendo má-fé em sua conduta, sendo compreensível sua atitude diante da exaustiva rotina enfrentada pelos motoristas da área da saúde. Josiane destacou ainda que motoristas como o servidor Paulo realizam o registro de ponto manualmente devido a falhas no sistema de leitura biométrica, procedimento este respaldado tanto pela gestão quanto pelo Tribunal de Contas. Finalizando, afirmou que nem todo incidente demanda a abertura de sindicância, havendo precedentes semelhantes. Defendeu, portanto, o diálogo e a transparência na condução de situações futuras. O Vereador Cassiano abordou questões relevantes durante sua fala. Inicialmente, destacou a preocupação com a sobrecarga de trabalho enfrentada por alguns servidores, especialmente aqueles que atuam em regime de plantão e cumprem longas jornadas. Considerou fundamental que a Secretaria de Saúde e o Poder Executivo busquem alternativas para amenizar essa situação e garantir melhores condições de trabalho. Em relação às sindicâncias, observou que tem havido uma flexibilização com o objetivo de evitar que os servidores acumulem advertências sucessivas, o que poderia comprometer o desempenho de suas funções. Sobre o controle de ponto, apontou dificuldades com o sistema biométrico, especialmente para os operários da Secretaria de Obras, cujas atividades com ferramentas prejudicam a leitura digital. Sugeriu, portanto, que outras alternativas, como o uso de cartão ou crachá, sejam avaliadas. O Vereador também mencionou a situação do motorista responsável pela linha de ônibus que atende a região da Linha Perondi. Explicou que anteriormente o ônibus permanecia estacionado na comunidade da Linha Viecelli, mas atualmente o motorista precisa deslocar-se até a garagem para buscar o veículo, o que resulta em maior consumo de tempo e combustível. Propôs que o referido motorista tenha a mesma autonomia concedida ao servidor Mateus, podendo levar o ônibus para casa, o que permitiria que o veículo permanecesse na comunidade atendida. Por fim, reforçou a importância de investir na segurança e no atendimento com a ambulância durante eventos esportivos, especialmente após o incidente ocorrido no campeonato de futsal, e agradeceu o espaço para sua manifestação. O Vereador Marcos concedeu a palavra ao Vereador Marcelo para o uso da Tribuna. Marcelo iniciou agradecendo ao colega Marcos pela cessão do espaço e explicou que, embora não estivesse inscrito para a Tribuna Livre, decidiu se manifestar em razão de considerações feitas anteriormente pela Vereadora Josiane. Ressaltou que a Câmara é um espaço legítimo de debate, onde é natural que existem divergências de pensamento e de voto entre os vereadores. Justificou seu voto contrário à renovação de um contrato específico, esclarecendo que sua decisão não se deu por oposição à contratação de servidores em geral, mas sim em razão de um caso particular envolvendo um funcionário que, segundo ele, foi alvo de diversas reclamações. O Vereador Marcelo apontou o que considerou possíveis privilégios concedidos ao referido servidor, como a utilização de veículo oficial para deslocar-se até sua residência, enquanto outros motoristas enfrentam jornadas mais exigentes. Questionou se essa conduta não configuraria favorecimento, reforçando a importância da igualdade de tratamento entre os servidores públicos. Comentou, ainda, sobre as recorrentes dificuldades no sistema de registro de ponto, destacando que há situações em que o controle não está sendo feito adequadamente. Defendeu que essas questões devem ser tratadas com seriedade e transparência. A respeito de um acidente anteriormente mencionado, reafirmou sua preocupação com a segurança no

serviço público e frisou que suas observações não tiveram caráter pessoal, mas sim o intuito de levantar questionamentos sobre condutas e eventuais benefícios indevidos. Marcelo reiterou sua posição contrária ao projeto, afirmando que, em sua visão, o servidor em questão não demonstra a conduta ou a postura profissional esperadas, inclusive mencionando problemas registrados em outras secretarias e alegando que o Prefeito já tinha conhecimento prévio dessas situações. Afirmou, ainda, que, se necessário, votaria novamente contra o projeto, mesmo reconhecendo a importância dos serviços prestados no município. Como alternativa, sugeriu que outros motoristas sejam convocados ou que se abra um novo processo seletivo, considerando que há períodos de menor demanda de trabalho, como os dias chuvosos, que podem facilitar o remanejamento dos funcionários entre as secretarias. Por fim, afirmou que a confiança, uma vez perdida, é difícil de ser reconquistada. Agradeceu à Presidente da Câmara e aos demais colegas pela atenção. A Presidente encerrou a sessão esclarecendo que o motorista mencionado possui autorização para levar o veículo para casa, em razão de sua jornada extenuante, iniciando às 6h da manhã e finalizando à meia-noite, sendo tal medida adotada com o objetivo de preservar sua saúde, e não como regalia. Informou ainda que, após o incidente ocorrido durante o campeonato de futsal, será contratada segurança para os próximos jogos, e que as punições serão aplicadas conforme o regulamento, com base na análise de vídeos e da comissão responsável. Convidou os Vereadores para um café da manhã em comemoração aos 70 anos da EMATER, a ser realizado no dia 6, às 8h, no Centro de Convivência. Destacou também a palestra realizada na parte da tarde, ministrada por Celso Luiz Faccio, organizada em parceria com a EMATER, a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Assistência Social, elogiando tanto o conteúdo quanto a expressiva participação do público. Convidou, ainda, todos os presentes para a festa da comunidade do Perondi, no próximo domingo. Ao final, agradeceu a presença de todos e convocou para a próxima sessão ordinária, marcada para o dia dezoito de junho de dois mil e vinte e cinco, quarta-feira, às dezenove horas, declarando encerrada a presente sessão. Posteriormente, foi lavrada a presente ata, que, após lida e discutida, será assinada pelos vereadores presentes. Sala de Sessões, em quatro de junho de dois mil e vinte e cinco.